

Il favoreggiamento dell'immigrazione clandestina

La disciplina di contrasto portoghese

Contesto di riferimento

- La rotta del Mediterraneo occidentale e la rotta Africana occidentale pur consistenti (rispettivamente 24.000 e 2700 arrivi nel 2019. Fonte Frontex 2020) interessano la Spagna.
- Il Portogallo sembra non coinvolto dai grandi flussi migratori.
- Un po' di dati ([Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo_SEF 2019](#))
 - Imputati per reati legati all'immigrazione: 345
 - Favoreggiamento dell'immigrazione clandestina: 97
 - Associazione a delinquere dedita al favoreggiamento: 15
 - Procedimenti per permanenza irregolare: 44.679

Normativa di riferimento

- Lei n. 23/2007 - regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros de território nacional (RJEPSAE)
 - Art. 183 RJEPSAE - *Auxílio à imigração ilegal*
 - Art. 184 RJEPSAE - *Associação de auxílio à imigração ilegal*
 - Art. 187 RJEPSAE - *Violação da medida de interdição de entrada*
 - Art. 192 RJEPSAE - *Permanência ilegal*
- <https://dre.pt/>

Art. 183 RJEPSAE - *Auxílio à imigração ilegal*

• 1 - Quem favorecer ou facilitar, por qualquer forma, a entrada ou o trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional é punido com pena de prisão até 3 anos.

2 - Quem favorecer ou facilitar, por qualquer forma, a entrada, a permanência ou o trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional, com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

• Art. 181 Entrada, permanência e trânsito ilegais

• 1 - Considera-se ilegal a entrada de cidadãos estrangeiros em território português em violação do disposto nos artigos 6.º, 9.º e 10.º e nos n.os 1 e 2 do artigo 32.º

• 2 - Considera-se ilegal a permanência de cidadãos estrangeiros em território português quando esta não tenha sido autorizada de harmonia com o disposto na presente lei ou na lei reguladora do direito de asilo, bem como quando se tenha verificado a entrada ilegal nos termos do número anterior.

• 3 - Considera-se ilegal o trânsito de cidadãos estrangeiros em território português quando estes não tenham garantida a sua admissão no país de destino.

Art. 183 RJEPSAE - *Auxílio à imigração ilegal*

- 3 - Se os factos forem praticados mediante transporte ou manutenção do cidadão estrangeiro em condições desumanas ou degradantes ou pondo em perigo a sua vida ou causando-lhe ofensa grave à integridade física ou a morte, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

4 - A tentativa é punível.

- La dottrina portoghese conclude ormai nel senso della plurioffensività del reato, cfr. ALBANO PINTO, *Protecção dos estrangeiros*, in JOSÉ BRANCO – PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE (Cur.), *Comentário das Leis Penais Extravagantes - Volume 1*, Coimbra, 2010, p. 70 s.
- Quando si consuma il reato? V. Corte di appello di Evora, [sentenza](#) del 6/01/2015 e ALBANO PINTO, *Protecção dos estrangeiros*, cit. p. 96.
-

Scriminante umanitaria

- Il Portogallo non prevede una specifica disposizione in materia di scriminante umanitaria, si può fare ricorso alle norme generali.

Art. 35 c.p. Estado de necessidade desculpante

- 1 - Age sem culpa quem praticar um facto ilícito adequado a afastar um perigo actual, e não removível de outro modo, que ameace a vida, a integridade física, a honra ou a liberdade do agente ou de terceiro, quando não for razoável exigir-lhe, segundo as circunstâncias do caso, comportamento diferente.
- Su tale esimente cfr. J. DE FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal – Parte Geral*, Coimbra, 2007, p. 611 s.

La competenza investigativa

- I reati in materia di immigrazione clandestina non sono di competenza esclusiva della polizia giudiziaria. La competenza è infatti condivisa col SEF (*Serviço de Estrangeiros e Fronteiras*) organo del Ministero dell'Interno che svolge anche compiti di polizia.
- La competenza concorrente è regolata dall'art. 7 co. 4 lett. b della Lei n. 49/2008 (*Lei de Organização da Investigação Criminal*)
- Sono di competenza concorrente le indagini relative agli illeciti di cui agli artt. 183 e 184 RJEPSAE.
- Nel 2019 le indagini della polizia giudiziaria in materia di favoreggiamento sono state 13 (fonte: <https://justica.gov.pt>)

Bibliografia e collegamenti esterni

- ALBANO PINTO, *Proteção dos estrangeiros*, in JOSÉ BRANCO – PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE (Cur.), *Comentário das Leis Penais Extravagantes - Volume 1*, Coimbra, 2010;
- J. DE FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal – Parte Geral*, Coimbra, 2007;
- A. TAIPA DE CARVALHO, *Direito Penal – Parte Geral*, Porto, 2016;
- <https://justica.gov.pt/>
- <https://dre.pt/>
- <https://www.sef.pt/pt/Pages/homepage.aspx>
- <http://www.dgsi.pt>

La tratta di esseri umani

La disciplina di contrasto portoghese

Contesto di riferimento

- La forma di sfruttamento legato alla tratta al momento più diffusa, o almeno che emerge maggiormente a seguito delle indagini, è quella lavorativa. Con vittime di varie nazionalità.
- Un po' di dati ([Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo_SEF 2019](#))
 - Vittime segnalate all'autorità: 86
 - Sfruttamento lavorativo: 64
 - Sfruttamento sessuale: 11
 - Altro: 11

Normativa di riferimento

- Elevata rispondenza tra la normativa portoghese e la disciplina internazionale ed europea.
- Art. 159 c.p.- *Escravidão*
- Art. 160 c.p.- *Tráfico de pessoas*
- Art. 169 c.p. - *Lenocínio*
- <https://dre.pt/>

Art. 160 c.p.- *Tráfico de pessoas*

- 8 commi e 5 diverse fattispecie.

- Tratta degli adulti

1 - Quem oferecer, entregar, recrutar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas:

- a) Por meio de violência, rapto ou ameaça grave;
- b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;
- c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar;
- d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima ou
- e) Mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima; é punido com pena de prisão de três a dez anos.

Art. 160 c.p.- *Tráfico de pessoas*

• Tratta dei minori

2 - A mesma pena é aplicada a quem, por qualquer meio, recrutar, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de menor, ou o entregar, oferecer ou aceitar, para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos, a adoção ou a exploração de outras atividades criminosas.

3 - No caso previsto no número anterior, se o agente utilizar qualquer dos meios previstos nas alíneas do n.º 1 ou actuar profissionalmente ou com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de três a doze anos.

Art. 160 c.p.- *Tráfico de pessoas*

- Alienazione di minore

5 - Quem, mediante pagamento ou outra contrapartida, oferecer, entregar, solicitar ou aceitar menor, ou obtiver ou prestar consentimento na sua adoção, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

- Sfruttamento della vittima di traffico

- 6 - Quem, tendo conhecimento da prática de crime previsto nos n.os 1 e 2, utilizar os serviços ou órgãos da vítima é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

- Sottrazione di documenti

- 7 - Quem retiver, ocultar, danificar ou destruir documentos de identificação ou de viagem de pessoa vítima de crime previsto nos n.os 1 e 2 é punido com pena de prisão até três anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

La tutela delle vittime (cenni)

- Il Portogallo non prevede una clausola di non punibilità specifica per le vittime di tratta e i reati commessi nel corso del loro sfruttamento. Anche stavolta si ricorre agli istituti generali
- La tutela è sia processuale sia extraprocessuale
- Di particolare rilievo quest'ultima, che rappresenta il maggior punto di contatto tra tratta e favoreggiamento. Difatti, l'intera sottosezione V del Capitolo VI del RJEPSAE (Artt. 109 – 115) disciplina l'autorizzazione di residenza per le vittime, facendola prescindere dalla collaborazione nel processo a carico dei trafficanti.
-

Bibliografia

- PEDRO VAZ PATTO, *O crime de tráfico de pessoas no Código penale revisto*, in *Rev. do CEJ*, 2008, p. 180 s. ;
- A.M.RODRIGUES, *A incriminação do tráfico de pessoas no contexto da política criminal contemporânea*, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, 2010, Coimbra, p. 577 s.;
- E.D.SIMÕES, *O crime do tráfico de pessoas*, in *Revista do CEJ*, 2013, p. 119 s.;
- P.P. DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código Penal*, Lisboa, 2015;
- M. JOAO GUIA, *O novo estado da vitima em Portugal. Sujeito ou enfeite do processo penal portuguese*, in *Conpedi Law Review*, 2016, p. 147 s.

Il favoreggiamento dell'immigrazione clandestina

La disciplina di contrasto greca

Contesto di riferimento

- La rotta del Mediterraneo orientale è attualmente la più consistente per numeri di arrivi (83.333, [Frontex](#) 2020)
- La Grecia è direttamente coinvolta dai grandi flussi migratori. Attualmente è la porta principale di ingresso allo spazio comune di libertà, sicurezza e giustizia.
- Da sola, la rotta del Mediterraneo orientale conta più del doppio degli arrivi delle altre due rotte Mediterranee considerate unitamente.

Normativa di riferimento

- Legge 4251/2014- Code of Immigration and Social Inclusion and other provisions
- Art. 30 l. n. 4251/2014 - *favoreggiamento dell'immigrazione clandestina*
- Art. 83 l. n. 3386/2005 - *ingresso e uscita illegale*

Art. 30 l. n. 4251/2014 - *favoreggiamento dell'immigrazione clandestina*

- La norma punisce quattro diverse condotte:
 - 1) Il comandante di una nave, o di un aeroplano o il guidatore di qualsiasi mezzo di trasporto che trasporta in Grecia stranieri che non hanno diritto di entrare o per i quali è proibito l'ingresso;
 - 2) Chiunque accoglie stranieri alle frontiere, al fine di promuoverne l'ingresso nel paese o nel territorio di uno stato membro dell'UE o di un terzo stato;
 - 3) Chiunque facilita il trasporto dello straniero;
 - 4) Chiunque dà rifugio allo straniero.

Art. 83 l. n. 3386/2005 - *ingresso e uscita illegale*

- La norma punisce
- «lo straniero che fa ingresso o che compie atti diretti all'ingresso, in modo irregolare, nel territorio nazionale, o che lascia o compie atti diretti a lasciare il territorio nazionale in modo irregolare è punito con la reclusione sino a 3 mesi e la multa non inferiore a 1500 euro.»
- «Se il soggetto è ricercato dalle autorità di polizia o ha contratto un'obbligazione nei confronti dello Stato, è punito con la reclusione sino a 6 mesi e la multa non inferiore a 3000 euro»

Scriminante umanitaria

- Le condotte di cui all'art. 30 co. 1 non sono penalmente rilevanti se hanno ad oggetto chi ha la qualità di rifugiato. A tal fine, è però necessario che lo status di rifugiato sia posseduto prima della condotta. La richiesta dello status di rifugiato o di protezione internazionale non fa venir meno la rilevanza penale della condotta posta in essere.
- **Art. 30 co. 6** : le sanzioni dell'articolo non si applicano nel caso di salvataggio in mare o comunque quando è a rischio la vita o l'integrità fisica della persona

La tratta di esseri umani

La disciplina di contrasto greca

Normativa di riferimento

- Elevata rispondenza tra la normativa greca e la disciplina internazionale ed europea.
- Art. 323A c.p.- *Tratta di esseri umani*

Art. 323A c.p.- *Tratta di esseri umani*

- Tratta degli adulti

- Chiunque costringe, trasferisce, detiene, ospita, consegna o accoglie un'altra persona al fine di sfruttamento, con la forza, la minaccia della violenza o altri mezzi coercitivi è punito con la reclusione sino a 10 anni e una multa.
- La stessa pena si applicherà se, al fine di raggiungere il medesimo scopo, gli atti del comma precedente sono realizzati con il consenso della vittima ottenuto in modo fraudolento o con abuso di posizione di vulnerabilità della vittima.
- Co. 5 : il concetto di sfruttamento include l'ottenimento di un ingiusto profitto dalla schiavitù o simili pratiche della vittima, dal suo sfruttamento lavorativo o sessuale, dalla realizzazione di fatti di reato, dall'estrazione degli organi, dall'accattonaggio o dal matrimonio forzato

Art. 323A c.p.- *Tratta di esseri umani*

- Tratta dei minori

- - 4 – Le medesime pene si applicano nel caso in cui il reato di cui ai co.1 e 2 è realizzato a danno di minore, anche se commesso senza l'uso dei messi sopra riportati. Le stesse pene si applicano a chiunque, per mezzo delle modalità dei paragrafi 1 e 2, recluta un minore per utilizzarlo in operazioni militari/conflitto armato.

Art. 323A c.p.- *Tratta di esseri umani*

- Sfruttamento della vittima di traffico
- 6 – è punito con la reclusione sino a 3 anni e una sanzione pecuniaria chiunque, senza usare i mezzi riportati nei co. 1 e 2, recluta una persona trafficata al fine di sfruttarne le prestazioni, o accetta i servizi di quella persona, o la sfrutta sessualmente o accetta i proventi derivanti dal suo sfruttamento
- Accattonaggio
- 7 – Chiunque, senza usare i metodi previsti dai co. 1 e 2, forza il minore a mendicare con il fine di profitto è punito con la reclusione e la multa.

Art. 323A c.p.- *Tratta di esseri umani*

- Circostanze aggravanti

- 3 – La pena è la reclusione sino a 20 anni e la multa se: la condotta è realizzata in modo professionale; è realizzata da un pubblico ufficiale; è collegata all'ingresso, soggiorno o uscita illegale della vittima dal paese; comporta un grave danno fisico alla vittima. Si applica l'ergastolo se ne deriva la morte.

La tutela delle vittime (cenni)

- Il comma 8 della medesima disposizione prevede che:
- Il pubblico ministero può, per chiunque denuncia reati commessi come risultato delle condotte dei precedenti commi, sospendere l'esercizio dell'azione penale.